



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Lutas sociais e Controle Democrático nas políticas sociais

CONTROLE SOCIAL E A ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS CONSELHOS DE DIREITOS.

GIOVANA CARLOS DE ALMEIDA¹

THAIENY CONCEIÇÃO DA SILVA CARLOS²

Resumo:

O presente trabalho tem por objetivo apontar algumas reflexões sobre a atuação profissional de assistentes sociais como assessores técnicos, em especial dos profissionais que atuam nos conselhos municipais de direitos. Além disso, busca contribuir no debate sobre o controle social na atual conjuntura.

Palavras-chave: Assessoria; Serviço Social; Estado; Controle social; Conselho de Direitos.

Abstract:

The present work aims to point out some reflections on the professional performance of social workers as technical advisors, especially professionals who work in municipal rights councils. Furthermore, it seeks to contribute to the debate on social control in the current situation.

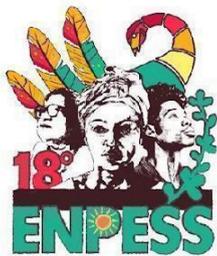
Keywords: Advice; Social service; State; Social control; rights council

Introdução

Este trabalho buscar apontar alguns elementos para a reflexão da temática da atuação dos assistentes sociais como assessores técnicos dos Conselhos de Direitos. Discutir a prática profissional propicia a um profissional aproximação às suas atribuições e competências no campo em que está inserido e, conseqüentemente, dar respostas profissionais contundentes e direcionar

¹ Universidade Federal Fluminense

² Universidade Federal Fluminense



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

seu fazer profissional. Fonseca (2010, p. 63) pontua que “ao realizar assessoria, o assistente social precisa pensar a prática, o que significa entender as contradições da realidade dos espaços profissionais ocupados pelo Serviço Social com a análise, estratégias e ações enfrentando-as, no sentido de uma ação profissional pensada, consciente.”

A assessoria em serviço social nos espaços de controle social, por lidar diretamente com a sociedade civil, deve ter como norte em sua atuação o fortalecimento da mesma, de maneira a contribuir nas ações dos conselheiros e na participação social na formulação e monitoramento das políticas públicas. Uma sociedade civil fortalecida tem o papel fundamental de disputar o espaço político.

É importante destacar que o Serviço Social é uma profissão que se consolida no período do capitalismo monopolista, fase em que, justamente suas novas funções assumidas pelo Estado, será necessário um profissional para lidar com a emergente questão social³ advinda desse modo de produção que gera o pauperismo. Neste sentido, o Serviço Social só pôde ser inserido na divisão social e técnica do trabalho, institucionalizado e legitimado na sociedade ao responder as necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais na produção e reprodução dos meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada (IAMAMOTO e CARVALHO 2008). Para entender o exercício profissional dos assistentes sociais, é fundamental compreender também o modo de produção capitalista e seus desdobramentos na realidade brasileira.

Dessa forma, como já pontuamos acima, a profissão foi demandada pelos interesses do capital, mas rompeu hegemonicamente com o conservadorismo ao ter como horizonte o Projeto Ético Político e assumir compromisso direto com a classe trabalhadora. Com o movimento de renovação do serviço social nos anos de 1960-1970⁴, a profissão adotou duas características importantes: a laicização e a inserção nas universidades, sendo crucial para a constituição de uma massa crítica. Assim, a erosão do serviço social “tradicional” significou o amadurecimento de um projeto profissional no que tange a uma postura crítica. É importante pontuar que a crítica ao

³ Entendemos por questão social a definição dada por Iamamoto (2008), sendo esta um conjunto de expressões das desigualdades engendradas no capitalismo. “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão”. (IAMAMOTO, 2008, p. 77)

⁴ O denominado movimento de reconceitualização (1965/1975) foi um dos principais momentos da história do Serviço Social tanto no Brasil quanto na América-Latina. Este movimento latino-americano questionou o Serviço Social tradicional, refletindo sobre as respostas profissionais às demandas impostas a profissão. O movimento de renovação no Brasil, conforme aponta Netto (2015), teve três perspectivas a saber: a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. O processo de renovação do Serviço Social, em conjunto com o contexto político da época resultou no denominado congresso da virada de 1979, consolidando a ruptura com o conservadorismo hegemônico da profissão.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

conservadorismo e sua recusa ocorre, principalmente, no contexto da autocracia burguesa, embora tenha sido um período fortemente repressivo, para a profissão, também representou o seu desenvolvimento (NETTO, 2015).

No que tange o espaço sócio ocupacional dos conselhos de direitos é necessário o aprofundamento da especificidade do controle social na sociabilidade capitalista. Dantas (2019, p. 283) refletindo sobre este assunto afirma que “a estratégia burguesa de manutenção de sua dominação de classes nos últimos 30 anos guardou um papel especial para a democracia e para a participação.” A afirmação de Dantas nos leva a refletir sobre como o neoliberalismo incide no controle social e o papel da democracia burguesa.

Notas sobre o Estado e seu papel na sociedade de classes:

Mandel (1982) ao elucidar sobre a teoria do Estado afirma que a mesma “é produto da divisão social do trabalho” e de acordo com o autor a teoria do Estado em Marx parte da distinção entre Estado e sociedade, ou seja, “a compreensão de que as funções desempenhadas pelo Estado não precisam ser necessariamente transferidas a um aparato separado de maior parte dos membros da sociedade, o que só veio acontecer sob condições específicas e historicamente determinadas” (MANDEL, 1982, p. 333).

O autor elenca três principais classificações das funções do Estado no capitalismo que são:

1. Criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante.
2. Reprimir qualquer ameaça das classes dominantes ou de frações particulares das classes ao modo de produção concorrente através do exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário.
3. Integrar as classes dominantes, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra eles. (MANDEL, 1982, p. 333-334)

Neste sentido, a fase monopólica do capitalismo coincidiu com o aumento da articulação política do movimento da classe operária e assim a dominação política do capital foi conseqüentemente transferida com centralidade para o aparato do Estado. “Se antes era rara a ação autônoma do aparato do Estado, com a finalidade de preservar o poder econômico da burguesia por meio de sua expropriação política enquanto classe, agora tornou-se frequente, sob a forma de ditaduras militares, bonapartismo e facismo” (MANDEL, 1982, p. 338).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Harvey (2005) nos chama a atenção para a sociedade no modo de produção capitalista, destacando que a democracia social burguesa é uma forma particular que atende de modo satisfatório aos interesses burgueses, pois tem como lema central a igualdade entre os sujeitos, sendo acessível na disseminação ideológica. Cabe salientar que embora se tenha a dominação das classes dominante imperando, o consenso se faz necessário e é difundindo através da ideologia. “A ideologia proporciona um canal importante, e o poder estatal é, conseqüentemente, utilizado para influenciar a educação e para controlar, direta ou indiretamente, o fluxo de ideias e informações.” (HARVEY, 2005, p. 87).

Por outro lado, a democracia social burguesa mesmo que tenha maior estabilidade e seja factível ideologicamente, é também fruto da luta de classes, na qual há maior probabilidade de disputas e conquistas dos movimentos sociais. Embora se tenha essa possibilidade o Estado a qualquer momento pode suspender a forma democrática social burguesa e implantar uma ditadura militar ou qualquer outro modelo, já que no capitalismo há a possibilidade de se ter inúmeros arranjos políticos e institucionais que vão garantir de alguma maneira seus interesses.

Essencialmente, o Estado talvez internalize em si mecanismos políticos que reflitam a luta de classes entre capital e trabalho. Assim, uma função chave inclui organizar e transferir determinados benefícios e garantias aos trabalhadores (padrões mínimos de vida e condições de trabalho, por exemplo), que talvez para ser exato, não sejam do interesse econômico imediato da classe capitalista. (HARVEY, 2005, p. 87)

Na fase tardia do capitalismo o Estado precisa conter a politização da classe operária, sendo necessário recorrer a ideologia “economicista”⁵. É através da disseminação desta ideologia que o Estado regula as dificuldades econômicas de valorização do capital e realização de mais valia. Esta ideologia demonstra a insuficiência do capital em manter-se por meio de processos econômicos automáticos e a emancipação da classe operária no processo político decisório (MANDEL, 1982).

Na realidade brasileira em relação a participação popular nos espaços decisórios, podemos observar que a democracia foi um elemento crucial para a manutenção da ordem burguesa. Lage (2016) ao abordar sobre as estratégias democráticas-popular e refletir acerca das especificidades brasileiras pontua que:

No momento no qual a estratégia democrático-popular está sendo formulada, na década de 1980, a ditadura militar é o principal sintoma desse atraso, e a democracia, portanto, a principal pauta de avanço. Essa equação colocou, para as organizações dos trabalhadores, o papel de modernização do Estado e da economia, modernização essa que, segundo a

⁵ A concepção da ideologia “economicista” é formulada por Poulantzas (1973) e utilizada por Mandel (1982) para mostrar que esta concepção é a principal forma ideológica utilizada pela burguesia a fim de que se tenha maior intervenção do Estado na economia.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

elaboração estratégica, só poderia ocorrer através de uma ruptura socialista por dentro do Estado. (LAGE, p. 83, 2019)

A experiência social democrata, não só no Brasil mas nos países centrais, resultou numa gestão social do capitalismo em detrimento da superação da ordem vigente. Netto (1993) ao abordar sobre a crise do socialismo pontua que o projeto social democrata antes de ser capturado pela lógica do capital apontava para uma ordem alternativa e que a aceitação das estruturas básicas do ordenamento capitalista significou o seu fracasso. O Partido dos Trabalhadores é que consolidou os ideários do projeto da social democracia e conforme pontua Lage:

os compromissos do partido, com os direitos constitucionais e o governo executivo, combinados à defesa incondicional da democracia, criaram uma situação controversa, em um momento chave para transformações: as crises. Ao contrário da expectativa de que seria na crise que o partido poderia avançar para além da ordem, e alçar a um comportamento revolucionário, o que ocorreu foi uma frustração. Nas crises, o que surgiu foi a defesa da constituição, a expectativa de garantia dos direitos constitucionais. Ou seja, a defesa da constituição econômica capitalista. (LAGE, p.89, 2019)

É importante pontuar que no Brasil, embora a democracia tenha centralidade para manutenção da ordem vivenciou rompimentos democráticos e golpes ao longo dos anos, podemos citar que o país viveu 21 anos de ditadura militar e que recentemente no ano de 2016 o Brasil sofreu um golpe de Estado destituindo a então presidenta eleita à época. Tais medidas são recorrentes no capitalismo tardio pois, têm o intuito de conter a força de trabalho. Outra forma de atuação do capitalismo tardio é a tentativa de abolição legal, restrição e enfraquecimento das lutas sociais e ataques aos direitos irrestritos de greve, as liberdades “normais” e liberais de imprensa, de reunião e de organização e o direito a manifestações. Podemos citar como exemplo novamente o Brasil que em 2016 sancionou a lei antiterrorismo⁶, sendo alvo de muitas críticas, pois a lei deixa brechas para a criminalização dos movimentos sociais.

Como podemos observar muitos são os elementos e ferramentas que contribuem para a manutenção do poder das classes dominantes operada pelos aparelhos estatais. Cabe salientar que conforme cada período histórico as formas de dominação ganham novas roupagens.

Breve apontamentos sobre a atuação profissional do Serviço Social nos espaços de controle social:

⁶ Lei nacional brasileira nº 13.260/2016 que “regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista”. A legislação define terrorismo como: Prática por um ou mais indivíduos dos atos previsto neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública (BRASIL, 2016). Fonte: www.planalto.gov.br, acessado em: 13/11/2020.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

No Brasil, nos anos 1990, o ideário neoliberal avançou, o que representou limites aos direitos recém conquistados tanto na profissão, quanto ao processo de redemocratização brasileira. Neste sentido, os assistentes sociais se defrontam, cada vez mais, com políticas sociais em que prevalece o trinômio neoliberal das políticas sociais: privatização, focalização e descentralização. Por consequência a população empobrecida é atendida com políticas sociais seletivas associadas a focalização que permitem acesso apenas dos que comprovem tal situação de pobreza (Behring, Boschetti, 2011)

Tendo em vista a dinâmica da ordem burguesa e as contradições inerentes a este modo de produção, se faz necessário um profissional constantemente atualizado, crítico e alinhado aos interesses da classe trabalhadora, já que lida diretamente com as expressões da questão social, inserido nas mais diversas políticas sociais e em diferentes espaços sócio ocupacionais.

A profissão registra, ao longo da sua conformação, uma progressiva ampliação do mercado de trabalho, condicionada pelos determinantes sócio-históricos inerentes a cada período. A partir dos anos 1980, com as significativas mudanças no mundo do trabalho, os espaços ocupacionais do Serviço Social também são reformulados e outros são inaugurados, a partir das novas roupagens de antigas demandas ou mesmo de novas expressões do objeto de ação do assistente social, a questão social. (OLIVEIRA, 2010, p.110)

Desse modo, a assessoria em Serviço Social é uma das possibilidades de trabalho para a categoria profissional, sendo definida por Matos (2010, p. 31)

Como aquela ação que é desenvolvida por um profissional com conhecimento na área, que toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alteração da realidade. O assessor não é aquele que intervém, deve, sim, propor caminhos e estratégias ao profissional ou à equipe que assessora e este têm autonomia em acatar ou não as suas proposições. Portanto, o assessor deve ser alguém estudioso, permanentemente atualizado e com capacidade de apresentar claramente suas proposições

A assessoria como uma forma de atuação dos assistentes sociais exige, antes, a compreensão da profissão inserida no modo de produção capitalista. Destacamos que o Serviço Social se institui como profissão demandada pelos interesses do capital num movimento que envolveu o controle do movimento operário. Assim, foi preciso uma massa de trabalhadores “dóceis” e “domesticados” para o propósito de acumulação do capital. Foi com intuito de conter a politização da classe trabalhadora que o Estado se reconfigurou e demandou trabalhadores que atuassem nas políticas sociais para apaziguar as contradições capitalistas.

Podemos situar que, embora a profissão tenha sido demandada pelos interesses do capital, posteriormente, ao longo do movimento de renovação no Brasil, houve o rompimento com o conservadorismo contido na profissão tendo como horizonte a construção de um projeto profissional com compromisso direto com a classe trabalhadora. Iamamoto (2015) afirma que a

profissão se adequou às exigências de seu tempo, construindo democraticamente nos anos 1990 o projeto político de superação com o conservadorismo.

O Serviço Social brasileiro, nas últimas décadas, redimensionou-se num forte embate contra o tradicionalismo profissional e seu lastro conservador, adequando criticamente a profissão às exigências do seu tempo, qualificando-a teoricamente, como atesta a produção acumulada nas últimas duas décadas e o crescimento da pós-graduação (IAMAMOTO, 2015, p. 225).

O cenário brasileiro nos anos 1980 foi de grande efervescência política que culminou em conquistas democráticas como a “Constituição Cidadã”. Behring destaca sobre esse período da história brasileira que

O texto constitucional refletiu a disputa de hegemonia, contemplando avanços em alguns aspectos, a exemplo dos direitos sociais com destaque para a seguridade social, os direitos humanos e políticos, pelo que mereceu a caracterização de “Constituição Cidadã”, de Ulisses Guimarães. Mas manteve fortes traço conservadores, como a ausência de enfrentamento da militarização do poder no Brasil [...]os que apostaram na Constituinte como um espaço de busca de soluções para os problemas essenciais do Brasil depararam-se com uma espécie de híbrido entre o velho e o novo (BEHRING, 2011, p. 141 - 142).

Como explicitado acima, o Brasil entre os anos 1980 e 1990 vivencia grande disputa política e de tensão entre redemocratização e contrarreforma neoliberal. Mesmo com as contrarreformas em curso nos anos 1990, a categoria profissional de serviço social materializa o Projeto Ético Político com a institucionalização do Código de Ética de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão do mesmo ano, a aprovação das Diretrizes Curriculares de 1996 e a ampliação dos programas de pós-graduação

A manutenção da hegemonia neoliberal, com inflexões e deslocamentos e também agudizações ao longo desses, traz desafios para a manutenção do PEP.

[...] o cenário atual pode ser facilitador da reatualização de projetos conservadores na profissão, mas entendendo também que nossa trajetória de lutas, inserida no universo de resistências da sociedade brasileira permite esse enfrentamento, quero afirmar que do ponto de vista ético-político *a busca de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social — princípio e objetivo que norteou (norteia) o projeto ético-político nesses trinta anos — é neste momento renovado como um grande desafio: o enfrentamento de suas novas formas ético-políticas e manifestações teórico-práticas* (BARROCO, 2011, p. 211 – 212, grifos da autora).

É notório que o serviço social passou por um processo de amadurecimento crítico da profissão ampliando suas competências profissionais, proporcionando uma atuação profissional em espaços que, antes, não eram demandados. Por esse motivo, é crucial que o assistente social esteja atento à Lei de Regulamentação da profissão⁷ no que se refere às competências e atribuições profissionais, pois são elas que vão demarcar a intervenção profissional. No que

⁷ Lei nº 8662, de 7 de junho de 1993.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

concerne a assessoria em matéria de serviço social, esta se constitui em atribuição privativa; já a assessoria no campo da competência profissional:

[...] se refere àquelas ações desenvolvidas pelo assistente social a partir da sua competência no campo do conhecimento coletivo, pois os assistentes sociais vêm sendo requeridos a prestarem assessorias à gestão/formulação de políticas sociais públicas e privadas e aos movimentos sociais. Esta não é uma prerrogativa exclusiva da profissão, entretanto, tem sido notória a assessoria neste campo, o que vem demonstrar que o Serviço Social, diante das outras profissões, vem sendo identificado como sujeito proponente nestes assuntos. (MATOS, 2010, p. 43)

O assistente social, por ser um profissional interventivo⁸, é cada vez mais demandado a atuar na defesa e garantia de direitos dos usuários, seja na execução da política, seja no assessoramento para a formulação das mesmas. É importante ressaltar que a demanda pela atuação dos assistentes sociais como assessores na gestão das políticas sociais advém não só da capacitação profissional, mas, também, da realidade conjuntural dos anos 1980 que demarca a descentralização das políticas sociais brasileiras.

É no marco da redemocratização brasileira com a Constituição Federal de 1988 que o controle social se institui com o objetivo de garantir a participação social da população na gestão político-administrativa-financeira e técnico-operativa. E é nos conselhos municipais de direitos que se materializa o controle social, de acordo com a PNAS (2004)

Os conselhos têm como principais atribuições a deliberação e a fiscalização da execução da política e de seu financiamento, em consonância com as diretrizes propostas pela conferência; a aprovação do plano; a apreciação e aprovação da proposta orçamentária para a área e do plano de aplicação do fundo, com a definição dos critérios de partilhados recursos, exercidas em cada instância em que estão estabelecidos. Os conselhos, ainda, normatizam, disciplinam, acompanham, avaliam e fiscalizam os serviços de assistência social, prestados pela rede socioassistencial, definindo os padrões de qualidade de atendimento, e estabelecendo os critérios para o repasse de recursos financeiros (PNAS, 2004, p. 51).

Vale pontuar que a composição dos conselhos municipais de direitos deveria obedecer a paridade, sendo representado pela sociedade civil e pelo governo. No momento atual há a movimentação para que os adolescentes tenham assento com direito a voto nos conselhos seguindo as resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, de forma a dar representatividade ao público alvo das políticas voltadas à infância e adolescência.

Neste espaço sócio-ocupacional os assistentes sociais, embora não façam atendimento direto à população usuária, ocupam um espaço de extrema relevância, pois lidam com a gestão

⁸ O assistente social em sua prática profissional atua com as expressões da questão, lidando diretamente com as políticas sociais e os sujeitos que dela necessitam, ou seja, é um profissional que intervém nas expressões da questão social e em sua intervenção tanto pode impor uma prática alinhada ao Projeto Ético Político, como não.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

das políticas voltadas à infância e adolescência, assessorando os conselheiros na execução, formulação e monitoramento dessas políticas.

Portanto, é muito importante que os profissionais ocupem esse espaço dos conselhos gestores com as dimensões previstas nos parâmetros para a atuação dos assistentes sociais na política de assistência social, com destaque para a dimensão, a saber:

Pedagógico-interpretativa e socializadora de informações e saberes no campo dos direitos, da legislação social e das políticas públicas, dirigida aos/às diversos/as atores/atrizes e sujeitos da política: os/as gestores/as públicos/as, dirigentes de entidades prestadoras de serviços, trabalhadores/as, conselheiros/as e usuários/as (CFESS, p.20, 2011).

Nos parâmetros para a atuação dos assistentes sociais na política de assistência social é destacado a materialização da dimensão pedagógica interpretativa que possibilitam o desdobramento em competências, estratégias e procedimentos. Destacaremos a seguir a materialização que identificamos como importante na atuação profissional dos assistentes sociais nos conselhos de direitos:

- 1 - Assessorar os movimentos sociais na perspectiva de identificação de demandas, fortalecimento do coletivo, formulação de estratégias para defesa e acesso aos direitos;
- 2 - Prestar assessoria aos conselhos, na perspectiva de fortalecimento do controle democrático e ampliação da participação de usuários/as e trabalhadores/as;
- 3 - Participar na organização, coordenação e realização de conferências municipais, estaduais e nacional de Assistência Social e afins;
- 4 - Supervisionar direta e sistematicamente os/as estagiários/as de Serviço Social. (CFESS, p.21,22 e 23, 2011).

Sobre a dimensão pedagógica como prática da atuação dos assistentes sociais é importante destacar o eixo da participação sendo este elemento estratégico e central que contribui para a politização das relações sociais. É válido pontuar que a função pedagógica do assistente social apresenta caráter contraditório e pode contribuir também para a manutenção dos interesses da classe dominante com destaque para a subalternização. Abreu e Cardoso (2009) pontuam que a mobilização e a organização são expressões das práticas educativas e se inscrevem como elementos constitutivos da prática profissional vinculados a projetos societários.

Tal vinculação, em sua diversidade, é determinada pelos compromissos profissionais estabelecidos com as classes sociais e se materializa pelos efeitos da ação profissional no modo de pensar e de agir dos sujeitos envolvidos nos processos das práticas educativas (ABREU; CARDOSO, 2009 p. 9).

Por isso, a atuação profissional do assistente social comprometido com as demandas da classe trabalhadora deve ter como horizonte a perspectiva de ruptura com a ordem social dominante.

Essa perspectiva pode nortear processos pedagógicos nos espaços sócio-ocupacionais tradicionais dos assistentes sociais, evidenciando-se, também, nos conselhos de direitos e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de políticas, mas por meio de uma inserção crítica e de compromisso político, na perspectiva de inscrição dos interesses imediatos dessas classes na agenda das políticas sociais. Nessa direção, as estratégias de mobilização social e organização referem-se à participação na construção dos referidos conselhos, não como mecanismos de colaboracionismo de classes, mas como espaços de luta, espaços de enfrentamento entre interesses antagônicos, na explicitação de demandas das classes subalternas e implementação de respostas às suas necessidades (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 12 – 13).

O trabalho profissional dos assistentes sociais nos espaços de controle social advém da concepção democrática a partir da Constituição Federal de 1988. Os conselhos de direitos são criados na lógica da participação da sociedade na política pública nos espaços decisórios. “Foi exatamente para aperfeiçoar o processo democrático, restrito à democracia representativa, que foram criadas instâncias estratégicas como os conselhos: arenas de discussão das demandas e interesses presentes em áreas determinadas” (BEHRING, 2011, p. 179). Dantas (p. 284) problematizando sobre o controle social vai pontuar que:

Na impossibilidade da anulação política, por completo, de um pujante movimento popular, que se constituía, consolidara e unificara na luta contra a ditadura, desde os anos 1970, a estratégia hegemônica burguesa apostou no “apassivamento” dessas frações de classe, através também de uma suposta adesão às suas causas e à ampliação, seletiva, da sociedade civil e dos espaços de gestão pública do Estado. Em nome da “desopressão” de grupos específicos, com suas demandas “particulares”, promove-se a fragmentação e o “rebaixamento do horizonte da luta popular ao âmbito das questões imediatas, urgentes e individualizadas”

Os assistentes sociais que atuam nesses espaços possuem o desafio de atuar em direção ao fortalecimento dos movimentos sociais e os limites da democracia burguesa. Bravo (2009) destaca que a sistematização das ações dos assistentes sociais nesses espaços são poucas e que essas ações versam também sobre a atuação como conselheiros, para além da atuação como assessor técnico.

Bravo (2009, p. 14) destaca que “O objetivo da assessoria é a democratização e/ou socialização do conhecimento, tendo por intencionalidade a ampliação dos diversos sujeitos na luta pela efetivação dos direitos sociais.” Nesse sentido, é importante refletir no papel da assessoria em serviço social aos espaços de controle social e se realmente há a sua efetivação. Sabemos que os interesses institucionais quase sempre não seguem a mesma em direção do objetivo da assessoria e, somado ao esvaziamento dos conselhos, o exercício profissional se vê diante de sérios de limites e desafios.

Considerações finais:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Na atual conjuntura os Conselhos de Direitos assumem especificidades da dinâmica neoliberal, expressando sobretudo o esvaziamento desses espaços. Muitos são os limites de efetivação da participação social nos conselhos que são atravessados pela democracia burguesa, que nada mais é que uma forma do Estado em manter a ordem social vigente.

A experiência dos conselhos apesar de ser uma tentativa dos movimentos sociais em permeiar o Estado se mostrou como uma forma ineficaz, sobre isso Dantas reflete que

se no momento de auge da luta social, que encorpava a luta no âmbito institucional, pretender transformar o Estado, ou usá-lo a favor da classe trabalhadora, já se constituiu em equívoco, assumir como tarefa, em momento de recuo da luta social, o controle desse aparelho pelas suas franjas, parece ser mais equivocada ainda. (DANTAS, p. 282, 2019)

Diante disso, é importante refletir sobre a atuação dos assistentes sociais nestes espaços, tendo em vista que a profissão avança no debate crítico nos anos 1990, mesmo momento histórico em que os conselhos ganham efervescência na realidade brasileira. Ou seja, é neste contexto que a profissão assume o compromisso com a ruptura do conservadorismo e com a luta dos trabalhadores, mas que se esbarará com os ideários neoliberais. Assim,

coloca-se para o Serviço Social a necessidade de remeter-se a um entendimento profissional condicionado para além de si, referenciando uma intervenção profissional que contribua para mostrar os limites, as contradições e o nível de barbárie presente nas relações sociais erguidas nos marcos do capital. (SOUSA, 2021)

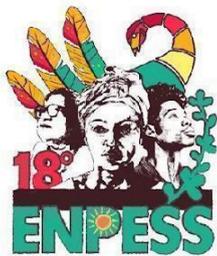
Portanto, a categoria profissional não pode perder o horizonte da emancipação humana, sendo necessário na prática profissional o compromisso de instrumentalizar ações que não corrobore com a perspectiva da concepção reformista, tendo em vista os limites da democracia burguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. **Mobilização Social e práticas educativas**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CFESS – 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história** – 9ª ed. – São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica de serviço social; v.2)

BARROCO, Maria Lucia S. **Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético político**. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 106, p. 205 – 218, abril/junho. 2011.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social. 2005. Disponível em:
<chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf> Acesso em: 15 de agosto de 2023.

BRAVO, Maria Inês. **O trabalho do assistente social nas instâncias de controle democrático.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CFESS – 2009.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social.** Brasília - DF. 2011. Disponível em:
<chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf > Acesso em: 15 de julho de 2023.

DANTAS, André. **“Controle Social” e Estratégia Democrático-Popular: Notas para um Balanço Histórico** in: A estratégia democrático-popular: um inventário crítico/ R454 Mauro Iasi, Isabel Mansur Figueiredo, Victor Neves – Marília: Lutas Anticapital, 2019. (Coleção Revolução brasileira em debate) 444 p.

FONSECA, Tatiana Maria Araújo. **Análise da Literatura profissional sobre a temática da assessoria.** In: Assessoria, consultoria e Serviço Social / Maria Inês Souza Bravo, Maurílio Castro de Matos (orgs.). 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 23 ed. São Paulo, Cortez. 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 9ed. São Paulo: Cortez, 2015.

Lage, Daniel. **Elos Da Estratégia Democrático-Popular Com A Socialdemocracia: A Atualização Do Estado Burguês** in: A estratégia democrático-popular: um inventário crítico/ R454 Mauro Iasi, Isabel Mansur Figueiredo, Victor Neves – Marília: Lutas Anticapital, 2019. (Coleção Revolução brasileira em debate) 444 p.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio.** Introdução de Paulo Singer; tradução Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. – São Paulo: Abril Cultural. 1982.

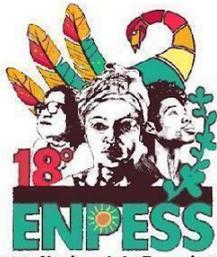
MATOS, M. C. **Assessoria e consultoria: Reflexões para o Serviço Social.** In: Assessoria, consultoria e Serviço Social / Maria Inês Souza Bravo, Maurílio Castro de Matos (orgs.). 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa social in: Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** In: Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. 2006. acesso em: 02 de agosto de 2023. Disponível em:
<<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/a-construcao-do-projeto-etico-politico-do-servico-social-201608060411147630190.pdf>>.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal.** São Paulo: Cortez, 1993.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: análise do serviço social no Brasil pós-64.** 17 ed. São Paulo: Cortez, 2015.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

OLIVEIRA, Andréa Gonzaga. **Assessoria e Serviço Social: a articulação entre ensino, pesquisa e extensão na Faculdade de Serviço Social da UERJ.** In: Assessoria, consultoria e Serviço Social / Maria Inês Souza Bravo, Maurílio Castro de Matos (orgs.). 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUSA, Adrianyce A. Silva de. **Estratégia democrático-popular e Serviço Social: aproximações ao socialismo reformista na profissão.** IN: **Anais da X Jornada Internacional de Políticas Públicas.** Disponível em:
http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_500_50061095473a47ce.pdf